



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável

SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental

Parecer nº 151/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021

**PROCESSO Nº 1370.01.0024539/2021-33**

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº 151/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021				
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 29272556				
SLA Nº: 2243/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo DEFERIMENTO		
EMPREENDEDOR:	J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	CNPJ:	13.188.512/0001- 75	
EMPREENDIMENTO:	J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	CNPJ:	13.188.512/0001- 75	
MUNICÍPIO(S):	CAXAMBU	ZONA:	URBANO	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM):	LAT/Y: 21° 57' 11,172" S		LONG/X: 44° 57' 02,759" O	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"><li>• Não se aplica</li></ul>				
CÓDIGO:	PARAMETRO:	ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-05-18-0	Capacidade de Recebimento - 05,00 m³/dia	Aterro de resíduos da construção civil (classe "A"), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação		

CÓDIGO	PARAMETRO:	DEMAIS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17):	2	0
F-05-18-1	Capacidade de Recebimento - 05,00 m³/dia	Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:			REGISTRO:	
José Geraldo Pereira Pinto			CREA nº 19.848 D-MG	
William Pressato Faustino			CREA nº 82.018 D-MG	
AUTORIA DO PARECER			MATRÍCULA	ASSINATURA
Fábيا Martins de Carvalho			1.364.328-3	
Gestora Ambiental				
De acordo:			1.372.419-0	
Renata Fabiane Alves Dutra				
Diretora Regional de Regularização Ambiental				



Documento assinado eletronicamente por **Fabia Martins de Carvalho, Servidor(a) Público(a)**, em 11/05/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 11/05/2021, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29272556** e o código CRC **B9EF1F97**.





## **Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (RAS) nº 151/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021**

O empreendimento **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**, microempresa, inscrita no CNPJ nº 13.188.512/0001-75, atua no ramo de aterro e área de triagem de Resíduos da Construção Civil - RCC, desde 04/05/2017. Suas atividades são desenvolvidas na Zona Urbana do município de Caxambu - MG, **FIGURA 01**. Em 04 de Maio de 2021, foi formalizado na SUPRAM Sul de Minas, via Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, nº 2243/2021, tendo o mesmo solicitado **Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS na modalidade de Relatório Ambiental Simplificado - RAS**, em fase de renovação, SEM incidência de critério locacional.



O empreendimento obteve a regularização ambiental pregressa por meio do Processo Administrativo de Autorização Ambiental de Funcionamento PA Nº 02998/2017/001/2017, o qual obteve Certificado nº 02645/2017, válido até 04 de Maio de 2021, a qual está sendo renovada por meio do processo administrativo *em pauta*.

Em consulta a IDE-SISEMA, verificou-se que parte do terreno da **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** está instalado em local que possui os seguintes critérios locacionais: Área de Prioridade Especial para Conservação da Biodiversidade da Região da Serra da Mantiqueira; e Área de Transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O empreendimento também possui fator de restrição/vedação, pois está localizado em Área de Influência do Patrimônio Cultural definido e protegido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG.

O empreendimento localiza-se em Área de Prioridade Especial para Conservação da Biodiversidade, com o objetivo de investigação científica. Conforme informado nos estudos ambientais o mesmo não se encontra em Área de Preservação Permanente - APP, bem como não se verificou a necessidade de eventual supressão de vegetação para continuidade de suas atividades.

A **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** encontra-se em Área de Transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IEF, Ministério do Meio Ambiente - MMA e Organização das Nações Unidas



para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO). Conforme informado nos estudos ambientais não haverá supressão de vegetação nativa e nem prejuízos a comunidades próximas quanto as atividades sociais e culturais, sendo que o empreendimento se compromete a executar as medidas de controle necessárias à mitigação dos impactos ambientais inerentes as atividades.

Verificou-se também, em consulta a IDE-SISEMA, que o empreendimento localiza-se em Área de Influência do Patrimônio Cultural, sendo esta área definida e protegida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Entretanto, verifica-se que o mesmo não causa impacto à citada área de influência, visto que a atividade se desenvolve em local consolidado.

Considerando que a **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** teve a Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF nº 02645/2017 e que não houve incremento da Área Diretamente Afetada - ADA a operação das atividades autorizadas não vem impactando negativamente os critérios locais apresentados, não há o que se falar em incidência destes critérios para a caracterização do empreendimento.

As atividades principais a desenvolvidas no empreendimento são:

- ***“F-05-18-0 - Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação”*** sendo objeto deste licenciamento uma Capacidade de Recebimento de 05,00 m³/dia, segundo a **DN COPAM 217/2017**, esta atividade possui Potencial Poluidor/Degradador **Médio**, e o empreendimento Porte **Pequeno**, o que caracteriza como **Classe 2**.
- ***“F-05-18-1 - Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos”*** sendo objeto deste licenciamento uma Capacidade de Recebimento de 05,00 m³/dia, segundo a **DN COPAM 217/2017**, esta atividade possui Potencial Poluidor/Degradador **Médio**, e o empreendimento Porte **Pequeno**, o que caracteriza como **Classe 2**.

Conforme o **Art. 19º da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de Dezembro de 2017**:

*“Não será admitido o licenciamento ambiental na modalidade LAS/Cadastro para as atividades enquadradas nas classes 1 ou 2”, listadas abaixo:*

...

*III – Da Listagem F:*

...

*d) código F-05-18-0 - Aterro de resíduos classe “A” da construção civil, exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação;*

*e) código F-05-18-1 - Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos.”*

Portanto, este processo administrativo da **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** está sendo tratado como **Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS na modalidade de Relatório Ambiental Simplificado - RAS**.

Para o funcionamento pleno do empreendimento faz-se uso de no MÁXIMO 08,64 m³/dia de água provenientes de captação no corpo hídrico Córrego da Invernada, devidamente regularizada por meio da



Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº 0258695/2021, válida até 04 de Maio de 2024, com as finalidades de aspersão de vias, consumo humano e consumo industrial.

A **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** desenvolve as seguintes atividades: área de triagem, transbordo e armazenamento transitório; reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos; e aterro de resíduos da construção civil (**Classe A**).

A área total do empreendimento corresponde à 02,19 hectares, sendo a área útil de 01,79 ha e a área construída de 300,0 m<sup>2</sup>. Conta com 04 (quatro) funcionários no setor operacional operando em um turno de 08:00 horas por dia, 05 (cinco) dias por semana durante todo o ano. Não possuirá área de armazenamento de **RCC Classe D** (perigosos).

A vida útil estimada do aterro é de 08 (oito) anos, sendo a capacidade total de recebimento do empreendimento ao final do projeto de 15.000 m<sup>3</sup> e a quantidade média de resíduo recebida por mês de 250 toneladas. Os resíduos de construção civil das **Classes B, C ou D**, que por ventura chegam no aterro, são segregados e tem sua destinação final ambientalmente adequada, segundo informado nos estudos ambientais.

Salienta-se que as diretrizes para projeto, implantação e operação de áreas de aterro, triagem, transbordo, armazenamento temporário e reciclagem de resíduos da construção civil estão previstas nas **ABNT NBR 15.112, 15.113 e 15.114**.

O despejo e acúmulo de resíduos da construção civil pode gerar finos e sedimentos, que poderão atingir o curso d'água com as chuvas. A **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** conta com sistema de drenagem superficial composto por canaletas na crista e na base do aterro que direcionam as águas para bacias de decantação, e posteriormente até o curso d'água.

O empreendimento possui área de armazenamento temporário de resíduos em local aberto.

A **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** recebe resíduos sólidos recolhidos em caçambas por toda Caxambu sendo descarregados no pátio central para então iniciar a triagem manual. Os materiais recicláveis tais como: madeiras, plásticos, PVC's, pneus, vidros, papel/papelão e metais são armazenados em bags e caçambas e encaminhados para empresas de reciclagem. Os materiais inertes como terra são destinados para depósito temporário para posterior destinação. E o lixo orgânico proveniente do administrativo e refeitório é destinado para coleta municipal.

Os efluentes líquidos sanitários gerados no empreendimento, numa taxa de 0,32 m<sup>3</sup>/dia, são destinados para um biodigestor e o efluente líquido tratado é lançado no Córrego da Invernada, Classe 2.

Importante ressaltar que apenas os resíduos da construção civil **Classe A**, ou seja, reutilizáveis ou recicláveis como agregados, podem ser dispostos em aterro visando a preservação de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente. Devem ser segregados os solos, os resíduos de concreto e alvenaria, os resíduos de pavimentos viários asfálticos e os resíduos inertes.

Por fim, algumas boas práticas para uma boa operacionalidade da **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**:

- Somente poderão ser recebidos resíduos da construção civil e volumosos com procedência, composição e quantidade conhecidas;
- Os resíduos aceitos devem estar acompanhados de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR e Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, devendo ser emitido o Certificado de Destinação Final - CDF;



- Na área de reciclagem de RCC's somente poderão ser recebidos resíduos **Classe A**;
- Deve ser evitado o acúmulo de resíduos não triados;
- Os resíduos **Classe B, C e D** e volumosos deverão ser segregados e ter destinação ambientalmente adequada;
- Devem ser adotados Plano de Controle de Recebimento de Resíduos, com medidas para o manejo dos resíduos, e Plano de Inspeção e Manutenção, para identificação e correção de irregularidades que possam provocar riscos à saúde humana e ao meio ambiente;
- Somente poderão ser aterrados resíduos **Classe A** da construção civil com procedência, composição e quantidade conhecidas;
- Os resíduos devem ser dispostos em camadas sobrepostas, sendo proibido o despejo pela linha de topo;
- Em área de reservação, a disposição dos resíduos deve ser feita de forma segregada (solo, resíduos de concreto e alvenaria, resíduos asfálticos, entre outros), viabilizando a reutilização ou reciclagem futura;
- Devem ser adotados Plano de Registro de Operação de Resíduos, com informações sobre resíduos recebidos, reservados, rejeitados, reaproveitados, entre outras; e
- Plano de Inspeção e Manutenção, para identificação e correção de irregularidades que possam provocar riscos à saúde humana e ao meio ambiente;
- Os resíduos da construção civil:

- **Classe A:** devem ser destinados à reutilização ou reciclagem na forma de agregados ou encaminhados a aterros de resíduos da construção civil e de resíduos inertes, projetados, implantados e operados em conformidade com a **ABNT NBR 15113**.

De acordo com as informações prestadas nos estudos ambientais, não será necessária qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área da **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**.

Em consulta ao Google Earth verificou-se que a Área de Preservação Permanente - APP presente no empreendimento encontra-se pouco preservada, necessitando de enriquecimento.

Destaca-se, o definido pelo Art. 09º da Lei nº 20.922, de 16 de Outubro de 2013:

*“Art. 9º Para os efeitos desta Lei, em zonas rurais **ou urbanas**, são APP's:*

*I - as faixas marginais de cursos d'água naturais perenes e intermitentes, excluídos os efêmeros, medidas a partir da borda da calha do leito regular, em largura mínima de:*

*a) 30 m (trinta metros), para os cursos d'água de menos de 10 m (dez metros) de largura;*

*b) 50 m (cinquenta metros), para os cursos d'água de 10 m (dez metros) a 50 m (cinquenta metros) de largura;*

*c) 100 m (cem metros), para os cursos d'água de 50 m (cinquenta metros) a 200 m (duzentos metros) de largura;*

*d) 200 m (duzentos metros), para os cursos d'água de 200 m (duzentos metros) a 600 m (seiscentos metros) de largura;*

*e) 500 m (quinhentos metros), para os cursos d'água de mais de 600 m (seiscentos metros);*

*...”*



Portanto, figura como **condicionante** do presente parecer técnico a recomposição da faixa de Área de Preservação Permanente - APP ao longo do curso d'água existente na propriedade da **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**, FICANDO DETERMINADO o que se segue:

- A recuperação deverá ser realizada e conduzida por meio de enriquecimento utilizando-se o plantio de mudas com espécies nativas da região.
- O plantio deverá ser realizado utilizando o espaçamento de 03 x 03 metros e o Método do Quincôncio que consiste em plantar uma fila de espécies pioneiras (pioneiras e secundárias iniciais), seguida de uma fila de espécies não pioneiras (secundárias tardias e climáticas).
- O combate a formiga deverá ser iniciado 03 (três) meses antes do plantio das mudas.
- Outros tratos culturais deverão ser adotados como coroamento e replantio.
- O Projeto Técnico de Reconstituição da Flora - PTRF deverá ser executado para a faixa de APP ao longo do curso d'água existentes na propriedade da **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME**.
- O período para execução do PTRF deverá ser durante a vigência da licença.

Figura também como **condicionante** o cercamento desta faixa para preservar a Áreas de Preservação Permanente - APP ao longo do curso d'água. E a apresentação de Relatórios Técnicos Fotográficos que COMPROVEM a execução E evolução do plantio para recuperação da área determinada, para compor a APP ao longo do curso d'água.

**Ressalta-se que este parecer técnico não autoriza qualquer intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e/ou supressão de vegetação nativa.**

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do **Relatório Ambiental Simplificado (RAS)**, sugere-se a concessão da **Licença Ambiental Simplificada - LAS** à **J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME** para as atividades de: **"F-05-18-0 - Aterro de resíduos da construção civil (classe "A"), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação"** e **"F-05-18-1 - Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos"**, pelo prazo de **10 ANOS**, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste Parecer Técnico, bem como da legislação ambiental pertinente.





## ANEXO I

### Condicionantes para a *Licença Ambiental Simplificada (RAS)* da J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

Item	Descrição da Condicionante	Prazo *
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no <b>ANEXO II</b> , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes	Durante a vigência da <b><i>Licença Ambiental Simplificada (RAS)</i></b>
02	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico para o empreendimento como um todo comprovando a realização de umectação de vias de tráfego de veículos nas estações secas de cada ano	<u>Anualmente</u> , durante a vigência da <b><i>Licença Ambiental Simplificada (RAS)</i></b>
03	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico COMPROVANDO a instalação de cerca na faixa de Área de Preservação Permanente - APP ao longo do curso d'água	<u>180 dias</u> , contados a partir da publicação da <b><i>Licença Ambiental Simplificada (RAS)</i></b>
04	Apresentar Relatório Técnico Fotográfico, com ART, COMPROVANDO a implantação E evolução do Projeto Técnico de Reconstituição de Flora - PTRF para a faixa de Área de Preservação Permanente - APP ao longo do curso d'água, incluindo as variáveis dendrométricas = CAP, altura e % de sobrevivência.	<u>Semestralmente **</u> , durante a vigência da <b><i>Licença Ambiental Simplificada (RAS)</i></b>

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado

\*\* Enviar ANUALMENTE, à SUPRAM Sul de Minas, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da licença ambiental, os relatórios exigidos nos itens 02 e 04.

## IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM-SM, face ao desempenho apresentado; e

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da *Licença Ambiental Simplificada (RAS)* da J C A MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME

#### 1. EFLUENTES LÍQUIDOS

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do biodigestor	DBO, DQO, pH, ABS, Nitrato, Sulfeto, Sólidos Sedimentáveis, Óleos e Graxas, Sólidos em Suspensão Total, e Eficiência de Remoção de DBO e DQO	<u>SEMESTRAL</u>

**Relatórios:** Enviar anualmente à SUPRAM Sul de Minas, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da licença ambiental, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa conforme **Deliberação Normativa nº 216/2017**, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no **Standard Methods for Examination of Water and Wastewater**, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. RESÍDUOS SÓLIDOS

Monitoramento	Prazo
Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, emitida via Sistema MTR - MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre.	Conforme <b>Art. 16º da Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019</b>